



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**

**Concurso público para provimento de cargos de
Juiz do Trabalho Substituto**

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

**Prova Escrita Objetiva
Primeira Etapa**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- transcrever as respostas da Prova Dissertativa na Folha de Respostas apropriada, no espaço destinado à questão.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO INDIVIDUAL E DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

1. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Contrato de trabalho é o negócio jurídico pelo qual uma pessoa física ou jurídica admite e assalaria pessoa física, para a prestação de serviços não eventuais e juridicamente subordinados. No entanto, se os serviços a serem prestados forem altamente especializados, não tendo o empregador o domínio da técnica necessária à execução da atividade, nesse caso não haverá relação de emprego, e sim um contrato civil de prestação de serviço, uma vez que será impossível o exercício do poder diretivo próprio do empregador.
- II. O contrato de trabalho pode ser celebrado de forma verbal ou escrita. No entanto, em se tratando de um ato decorrente de uma declaração da vontade, esta sempre terá que ser expressa (ainda que verbal), não se admitindo declaração tácita da vontade.
- III. Se o contrato de trabalho for por prazo determinado, a título de experiência e com duração não superior a noventa dias, sua celebração poderá ser de modo tácito, e nesse caso serão dispensáveis as anotações na CTPS.
- IV. É nula a cláusula de contrato individual de trabalho que preveja a dispensa de fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI) pela empresa, se tal equipamento for necessário à segurança do empregado. A dispensa do fornecimento do EPI só será válida se prevista em norma coletiva, e, mesmo assim, desde que esteja prevista uma compensação financeira para os empregados que deveriam recebê-lo.

Está INCORRETO o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Instruções: Utilize a chave abaixo para responder às questões de números 2 a 6.

- (A) Está correta apenas a afirmativa I.
- (B) Está correta apenas a afirmativa II.
- (C) Está correta apenas as afirmativas I e IV.
- (D) Estão corretas apenas as afirmativas II e III.
- (E) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

2. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Segundo o STF, a contribuição confederativa, de que trata o artigo 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- II. A contribuição assistencial, prevista em lei, depende de regulamentação em negociação coletiva.
- III. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados será efetuado no mês de março e aos trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril, sendo ela calculada na base de 20% do salário devido.
- IV. A assistência judiciária será prestada pelo sindicato àqueles que não tenham condições econômicas de ingressar com a ação, ainda que o trabalhador não seja associado ao sindicato.

3. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Conforme a jurisprudência do TST, um empregado vigilante de empresa prestadora de serviços, quando desempenha, por força de contrato de prestação de serviços entre a sua real empregadora e a administração pública, as mesmas atribuições de outro vigilante, estatutário, do quadro do órgão tomador de seus serviços, com igual produtividade e mesma perfeição técnica, tem direito a obter tratamento isonômico quanto à remuneração, pois a todo trabalho de igual valor corresponderá sempre idêntico salário.
- II. A existência de quadro de carreira, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou pelo Conselho Nacional de Política Salarial, nos termos da lei, impede a equiparação salarial, desde que preveja critérios para a promoção por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- III. Se dois empregados da mesma empresa, trabalhando no mesmo Município, desempenham a mesma função, com a mesma produtividade e a mesma perfeição técnica, sendo que a diferença de tempo na função, entre eles, é de apenas seis meses, será cabível a equiparação salarial, ainda que o paradigma receba salário maior em virtude de ter sido readaptado pelo INSS para aquela função, em virtude de deficiência física.
- IV. Estando atendidos todos os requisitos do artigo 461, da CLT, referentes à equiparação salarial, o paradigma recebe salário superior ao do equiparando, em virtude de decisão judicial na qual lhe foi deferido reajuste salarial relativo ao Plano Collor. Nesse caso, será devida a equiparação salarial entre ambos.

4. Os intervalos intrajornada e semanal estão previstos em lei. Partindo-se desta premissa, é correto afirmar:

- I. Se a jornada diária do empregado for interrompida pela concessão do intervalo de, no mínimo, uma hora de duração, isso não descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento, e a jornada continuará a ser de 6 horas diárias.
- II. Se a jornada diária do empregado for interrompida pela concessão do intervalo de, no mínimo, uma hora de duração, estará descaracterizado o turno ininterrupto de revezamento, e a jornada passará a ser de 8 horas diárias.
- III. Se a jornada diária do empregado for interrompida pela concessão do intervalo de, no mínimo, uma hora de duração, estará descaracterizado o turno ininterrupto de revezamento, e a jornada passará a ser de 7 horas diárias.
- IV. A interrupção diária destinada ao repouso e alimentação ou semanal descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento, estabelecendo jornada que só pode ser ajustada em negociação coletiva.

| | |
|---|--|
| <p>5. Considerando a jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho, considere:</p> <p>I. O fornecimento de telefone celular ao empregado, por si só, já caracteriza o sobreaviso, face à possibilidade desse empregado ser chamado para trabalhar a qualquer momento.</p> <p>II. Nos casos de necessidade imperiosa, o trabalho extraordinário poderá ser unilateralmente imposto pelo empregador, não dependendo de acordo ou Convenção Coletiva.</p> <p>III. O tempo que o empregado leva para ir ao trabalho e voltar, em seu próprio carro, só será considerado como jornada <i>in itinere</i> se for local de difícil acesso ou não servido por transporte público regular.</p> <p>IV. Se os empregados que trabalham em turno ininterrupto de revezamento tiverem sua jornada aumentada para 8 horas diárias, por norma coletiva, a sétima e a oitava horas deverão ser pagas como extras.</p> | <p>8. A empresa Alfa é controladora das empresas Beta e Gama, embora cada uma delas tenha sua própria personalidade jurídica, distinta das demais. João foi contratado pela empresa Gama, mas habitualmente presta seus serviços também para as outras duas empresas do grupo, dentro de sua jornada normal de trabalho. Considerando tal hipótese,</p> <p>I. caracteriza-se a existência de diversos contratos de trabalho simultâneos, com as três empresas do grupo.</p> <p>II. as três empresas constituem um grupo econômico, desde que todas atuem na mesma área de atividade.</p> <p>III. todas as três empresas que integram o grupo econômico responderão solidariamente pelas obrigações trabalhistas em relação ao João, mas seus bens só poderão ser penhorados, segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, se tiverem participado da relação processual na fase e conhecimento.</p> <p>IV. é ilegal a prestação dos serviços, pelo empregado, a mais de uma das empresas que integram o grupo econômico, salvo na hipótese de ter sido pactuada a existência de contrato de trabalho com cada uma das empresas desse grupo.</p> |
| <p>6. Considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. Não se admite a equiparação salarial de trabalho intelectual, dada a impossibilidade de avaliação de sua perfeição técnica mediante critérios objetivos.</p> <p>II. A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do empregado que pretende a equiparação.</p> <p>III. Para efeito de equiparação de salários, em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.</p> <p>IV. O artigo 37, inciso XIII, da CF/88, admite a equiparação para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, pela aplicação da norma infraconstitucional prevista no art. 461 da CLT, quando se pleiteia equiparação salarial entre servidores públicos contratados pela CLT, exigindo-se, porém, a existência de quadro de carreiras aprovado por ato administrativo da autoridade competente.</p> | <p>Está INCORRETO o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p> <p>Instruções: Utilize a chave abaixo para responder às questões de números 9 e 10.</p> <p>(A) Está correta apenas uma afirmativa.</p> <p>(B) Estão corretas apenas duas afirmativas.</p> <p>(C) Estão corretas apenas três afirmativas.</p> <p>(D) Estão corretas quatro afirmativas.</p> <p>(E) Estão incorretas quatro afirmativas.</p> |
| <p>7. Um empregado recebe salário mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais). Em um determinado mês, esse empregado recebeu, também, R\$ 501,00 (quinhentos e um reais) a título de diárias para viagens, R\$ 600,00 (seiscentos reais) a título de ajuda de custo, em virtude da morte de um parente (auxílio-funeral), e R\$ 200,00 (duzentos reais) a título de horas extras. Nesse mês, portanto, o salário desse empregado foi</p> <p>(A) R\$ 1.200,00</p> <p>(B) R\$ 1.501,00</p> <p>(C) R\$ 1.701,00</p> <p>(D) R\$ 2.301,00</p> <p>(E) R\$ 1.201,00</p> | <p>9. A respeito do direito coletivo do trabalho, considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. Por força do princípio constitucional da unicidade sindical, é proibida a criação de mais de uma entidade sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial definida pelos próprios interessados – que não pode ser inferior à área de um município.</p> <p>II. Os aposentados poderão se filiar ao sindicato, mas é vedada a sua participação na administração das entidades sindicais, uma vez que não têm mais o contato diário com as dificuldades da profissão.</p> <p>III. Quando a categoria profissional não estiver organizada em sindicato, o exercício do direito de greve pelos trabalhadores dependerá da representação pelos órgãos do Ministério Público do Trabalho, aprovada pelo voto da maioria dos interessados.</p> <p>IV. O sindicato poderá ser livremente criado pela categoria interessada, desde que obtenha a autorização prévia do Ministro do Trabalho.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>10. Considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. A prescrição bienal do direito de propositura de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho se conta da extinção do contrato de trabalho, equiparando-se, para tal efeito, segundo entendimento jurisprudencial dominante, a mudança do regime celetista para o estatutário, nos moldes da Lei nº 8.112/1990.</p> <p>II. A prescrição, como matéria de ordem pública, não se encontra sujeita a efeitos preclusivos, podendo ser acolhida pelo órgão julgador em qualquer fase do processo de conhecimento, mesmo na instância extraordinária, desde que argüida expressamente pela parte, quando se tratar de direitos patrimoniais.</p> <p>III. Todas as ações – tomadas no sentido técnico de pretensão – encontram-se sujeitas aos efeitos da prescrição, independentemente de sua natureza.</p> <p>IV. O prazo para a propositura da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave é de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado estável, e, sendo de natureza decadencial, mostra-se insuscetível de suspensão ou interrupção.</p> | <p>13. Conforme a CLT, admite-se uma tolerância de 15 minutos após a hora marcada para o início da audiência, no caso de não</p> <p>(A) comparecer o reclamante.</p> <p>(B) comparecerem os procuradores.</p> <p>(C) comparecerem as partes.</p> <p>(D) comparecer o juiz.</p> <p>(E) comparecer o secretário da Vara do Trabalho.</p> <hr/> <p>14. No procedimento sumaríssimo, o juiz deverá decidir de plano,</p> <p>(A) litispendência, conexão e coisa julgada.</p> <p>(B) prescrição e decadência.</p> <p>(C) compensação e retenção.</p> <p>(D) prescrição e litispendência.</p> <p>(E) compensação e coisa julgada.</p> |
| <p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</p> <p>11. Nas ações movidas perante a Justiça do Trabalho contra a Fazenda Pública constitui garantia o</p> <p>(A) prazo em dobro só para recurso ordinário, com dispensa do depósito prévio e remessa <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> <p>(B) prazo em dobro só para recurso ordinário e recurso de revista <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> <p>(C) prazo em quádruplo para recurso, e recurso ordinário <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> <p>(D) prazo em dobro para recurso, em quádruplo para recorrer, além de remessa <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias, se a condenação superar 60 salários mínimos.</p> <p>(E) recurso ordinário, recurso de revista e agravos <i>ex officio</i> das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.</p> | <p>15. Em determinada ação trabalhista, as partes se compõem, ajustando na transação o pagamento de R\$ 10.000,00 pela reclamada, em quatro parcelas iguais de R\$ 2.500,00, com vencimento em 25/08/07, 25/09/07, 25/10/07 e 25/11/07, tendo sido, ainda, pactuado na hipótese de inadimplência 50% de multa. O acordo foi devidamente homologado. Vencida a primeira parcela e não se verificando o pagamento, terá início a execução pelo valor</p> <p>(A) da parcela vencida, mais 50% de multa sobre a parcela.</p> <p>(B) da parcela vencida, acrescida da multa de 50%, mais parcelas vincendas, sem multas.</p> <p>(C) das parcelas vencidas até a data da assinatura do mandato executório, mais multa de 50% sobre tais parcelas.</p> <p>(D) total da conciliação, mais a multa, devendo aguardar-se o término do prazo avençado para cumprimento do acordo, para ato contínuo expedir mandado executório.</p> <p>(E) total do acordo, mais a multa de 50%.</p> |
| <p>12. A remição, no processo do trabalho, na fase de execução somente será deferível ao executado se este oferecer preço igual a</p> <p>(A) 20% do valor da avaliação.</p> <p>(B) 30% do valor da avaliação.</p> <p>(C) 50% do valor do maior lance.</p> <p>(D) o do maior lance.</p> <p>(E) o da condenação.</p> | <p>16. Rescindida sentença trabalhista, a execução da decisão proferida em ação rescisória se fará</p> <p>(A) em autos apartados, no juízo de primeiro grau.</p> <p>(B) nos autos da ação rescisória, que serão remetidos ao juízo de primeiro grau.</p> <p>(C) nos autos da ação rescisória, no Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(D) nos próprios autos da ação que lhe deu origem, no juízo de primeiro grau.</p> <p>(E) nos próprios autos da ação que lhe deu origem, no Tribunal Regional do Trabalho.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>17. Ao ser citada para contestar uma reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado, a reclamada verifica que está sendo repetido pedido de horas extras já decidido por sentença da qual não cabe mais nenhum recurso. A reclamada em defesa deverá</p> <p>(A) opor exceção de coisa julgada. (B) argüir preliminar de coisa julgada. (C) opor exceção de nulidade. (D) argüir litigância de má-fé. (E) argüir preliminar de carência de ação.</p> | <p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>21. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a interpretação conforme a Constituição Federal</p> <p>(A) é incompatível com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. (B) é cabível somente em sede de controle difuso de constitucionalidade. (C) pode ser admitida somente se resultar em redução do texto da norma impugnada. (D) apenas é admitida quando o sentido de uma norma é unívoco. (E) pode atribuir a uma norma interpretação que lhe preserve a constitucionalidade.</p> |
| <p>18. Quando uma constrição for além dos bens do demandado e alcançar aqueles que pertençam a um terceiro, oferece a lei ao interessado a possibilidade de propor embargos</p> <p>(A) de terceiro, opostos a qualquer tempo, no processo de execução até cinco dias antes da arrematação e assinatura da respectiva carta. (B) de terceiro, opostos a qualquer tempo, no processo de conhecimento e até oito dias depois da arrematação e antes da assinatura da respectiva carta, no procedimento de execução. (C) de terceiro, opostos a qualquer tempo, no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença. (D) à execução, somente, no processo de execução até cinco dias depois da adjudicação e antes da assinatura da respectiva carta. (E) à execução, somente, no processo de execução enquanto não transitada em julgado a sentença.</p> | <p>22. No âmbito dos direitos sociais, a Constituição Federal prevê como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais</p> <p>(A) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas. (B) remuneração do trabalho noturno idêntica à do diurno, com base no princípio da isonomia. (C) distinção de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso. (D) irredutibilidade do salário, por meio da cláusula de vedação de redução em convenções e acordos coletivos. (E) seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do Governo Federal, sem excluir a indenização devida pelo empregador, apenas quando este incorrer em dolo.</p> |
| <p>19. Estando o reclamante representado por advogado e pretendendo este recorrer ordinariamente da sentença, é pressuposto do recurso</p> <p>(A) a existência de omissão, obscuridade ou contradição na sentença. (B) a existência de procuração ou substabelecimento válidos, outorgados ao advogado que subscreve o recurso. (C) o pagamento do depósito recursal. (D) a transcendência da matéria com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. (E) a demolição justificada das matérias impugnadas.</p> | <p>23. Nos termos da Constituição Federal, a regra é a publicidade dos atos processuais. Eventuais restrições só podem ser levadas a efeito pela lei e apenas quando</p> <p>(A) a tutela da honra objetiva for comprometida. (B) a ação tiver, no pólo ativo ou passivo, autoridades públicas. (C) o processo envolver investigação criminal. (D) a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem. (E) o sigilo bancário, o segredo industrial e a intimidade familiar estiverem ameaçados.</p> |
| <p>20. O Município contrata regularmente serviço de vigilância de empresa prestadora de serviços. Conforme o entendimento sumulado pelo TST, na hipótese de um empregado desta empresa terceirizada ingressar com reclamação trabalhista em face da empregadora e em face do Município, é correto afirmar quanto às obrigações trabalhistas do reclamante que</p> <p>(A) ambas são responsáveis solidárias. (B) apenas a empregadora é responsável, por força do artigo 37, II, da Constituição Federal. (C) a empregadora é responsável principal e o Município é responsável subsidiário. (D) apenas o Município é responsável, por força do artigo 37, II, da Constituição Federal. (E) o Município é responsável principal e a empregadora é responsável subsidiária.</p> | <p>24. Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos estáveis, a Constituição Federal prevê que</p> <p>(A) a perda do cargo somente se dará em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (B) invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele aposentado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, mediante indenização. (C) a perda do cargo pode ocorrer, entre outras hipóteses, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (D) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, não podendo ser aproveitado em outro cargo. (E) a estabilidade se dá após dois anos de exercício, contínuo ou intermitente, desde que a nomeação se tenha dado para cargo de provimento efetivo.</p> |

| | |
|---|--|
| <p>25. É da competência exclusiva do Congresso Nacional</p> <p>(A) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.</p> <p>(B) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(C) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>(D) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(E) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.</p> | <p>28. As normas da Constituição Federal que tratam da associação sindical abrangem</p> <p>(A) a independência e a autonomia do sindicato, asseguradas mediante autorização do Estado para sua fundação e manutenção.</p> <p>(B) o direito de o sindicato se auto-organizar, vedada, porém, a participação dos aposentados filiados nas decisões a serem tomadas.</p> <p>(C) a obrigatoriedade da filiação sindical e do pagamento da contribuição respectiva, descontada em folha, para o custeio do sistema confederativo.</p> <p>(D) a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.</p> <p>(E) a facultatividade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.</p> |
| <p>26. No que tange ao processo legislativo, é correto afirmar que</p> <p>(A) o Presidente do Congresso Nacional promulgará a lei, caso o Presidente da República não o faça em quinze dias.</p> <p>(B) é possível edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito eleitoral.</p> <p>(C) são de iniciativa privativa da Câmara dos Deputados as leis que disponham sobre matéria tributária.</p> <p>(D) o veto é irretroatável e deve ser sempre motivado, embora possa ser total ou parcial.</p> <p>(E) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.</p> | <p>29. Dentre os princípios contemplados na Constituição da República, relativamente ao estatuto da magistratura, prevê-se expressamente que</p> <p>(A) o concurso público de provas e títulos para provimento de cargo de juiz substituto contará, necessariamente, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases.</p> <p>(B) o juiz titular residirá sempre na respectiva comarca, independentemente de sua vontade, o que configura exceção à regra da inamovibilidade.</p> <p>(C) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes, consecutivas ou não, em lista de merecimento.</p> <p>(D) é vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.</p> <p>(E) o magistrado adquire a garantia de vitaliciedade, no primeiro grau, após três anos de exercício efetivo da função.</p> |
| <p>27. O princípio da separação dos poderes, na Constituição Federal brasileira de 1988,</p> <p>(A) apresenta rigorosamente as características da sua formulação clássica, advinda de Montesquieu e adotada em todas as constituições brasileiras precedentes.</p> <p>(B) implica a rigorosa divisão de poderes, bem como a total vedação da ingerência de um poder sobre o outro, exceção feita apenas ao poder congressual de sustar atos normativos do Poder Executivo.</p> <p>(C) rechaça formalmente a cláusula-parâmetro da independência e harmonia entre os poderes, devido ao fato de que o constituinte contava com a futura adoção do parlamentarismo, no plebiscito que ficara previsto no ato das disposições constitucionais transitórias.</p> <p>(D) impõe explicitamente a tripartição dos poderes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, além de determinar a observância, em tais entes federativos, das regras da inacumulabilidade e da indelegabilidade.</p> <p>(E) é flexibilizado, sobretudo em virtude da supressão das cláusulas da indelegabilidade e da inacumulabilidade de funções de poderes distintos, expressas nas constituições republicanas anteriores.</p> | <p>30. Diferentemente do previsto em relação aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, a Constituição da República estabelece, quanto à Advocacia Geral da União, que</p> <p>(A) aos integrantes da carreira é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(B) a remuneração dos integrantes da carreira dar-se-á pelo regime de subsídios, observada a disciplina constitucional a este pertinente.</p> <p>(C) o chefe da instituição é livremente nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de 35 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.</p> <p>(D) o ingresso na carreira dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.</p> <p>(E) são de sua competência as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, mas não a representação judicial da União, a qual cabe à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.</p> |

DIREITO CIVIL

31. Considere as seguintes afirmativas:
- I. No direito brasileiro, não haverá repristinação da lei, salvo disposição expressa em contrário.
 - II. A lei geral sempre revogará tacitamente a lei especial que tratar de matéria pertinente ao mesmo ramo do direito.
 - III. Somente haverá revogação tácita da lei quando a lei nova for incompatível com a lei anterior.
 - IV. Se a lei nova regular inteiramente a matéria de que tratava lei anterior, haverá revogação tácita desta.
 - V. A lei nova que estabelecer disposição especial a par de lei geral já existente não revogará a esta.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

32. Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão

- (A) do pai ou da mãe isolada ou conjuntamente, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (B) dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, ou particular, firmado juntamente com duas testemunhas, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (C) dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (D) dos pais, ou de um deles, ou do tutor se o menor não estiver sob o poder familiar, dependendo, em qualquer caso, de homologação judicial, desde que o menor conte mais de dezesseis anos de idade.
- (E) dos pais em conjunto e por instrumento público, ou mediante sentença do juiz, se houver discordância entre eles ou se o menor estiver sob tutela, desde que conte mais de catorze anos de idade.

33. A desconsideração da personalidade jurídica, segundo o direito positivo vigente, visa
- (A) anular, por ato do Juiz, os negócios jurídicos realizados pela pessoa jurídica com desvio de finalidade ou quando houver abuso de poder por parte dos administradores.
 - (B) extinguir a pessoa jurídica quando agir com desvio de finalidade ou ocorrer confusão patrimonial.
 - (C) estender, por ato do Juiz ou de autoridade administrativa, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
 - (D) estender, por ato do Juiz, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
 - (E) estender, por ato do Juiz e somente em ação autônoma proposta pelo Ministério Público ou por qualquer interessado, os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares de sócios e administradores de pessoa jurídica, nos casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

34. José, servidor público federal, sendo proprietário de um imóvel na cidade de São Paulo, alugou-o para Antonio. Findo o prazo contratual e tendo de mudar-se para aquela cidade em razão de transferência, onde proverá cargo efetivo, que deseja exercer durante dois anos, tempo suficiente para obter sua aposentadoria, o locador notificou o locatário, para desocupar a casa. Neste caso, a notificação do locador

- (A) constitui ato jurídico e José terá apenas residência em São Paulo, mas não terá domicílio.
- (B) e a fixação do domicílio constituem ato jurídico e o domicílio de José será voluntário.
- (C) constitui ato jurídico, mas não é negócio jurídico e José terá domicílio necessário em São Paulo.
- (D) e a fixação do domicílio constituem, respectivamente, negócio jurídico e ato jurídico, e José terá domicílio voluntário.
- (E) e a fixação do domicílio constituem, respectivamente, ato jurídico e negócio jurídico e José terá domicílio voluntário em São Paulo.

35. Considere as seguintes afirmativas sobre o bem de família:

- I. Não havendo instituição voluntária e possuindo os cônjuges mais de um imóvel residencial, será considerado bem de família o de menor valor.
- II. Poderá haver instituição voluntária, por testamento, compreendendo o imóvel de maior valor entre os que possuírem os instituidores, mas não poderá ultrapassar um terço do patrimônio líquido ao tempo da instituição.
- III. Poderá consistir de prédio rústico ou urbano.
- IV. Quando instituído por escritura pública compreenderá apenas um imóvel residencial, urbano ou rústico, ficando excluídos dessa proteção quaisquer bens móveis ou valores mobiliários.
- V. A proteção legal não abrangerá qualquer peça do mobiliário que guarneça a moradia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

| | |
|---|--|
| <p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>36. Em matéria de títulos executivos judiciais e extrajudiciais, é correto afirmar que</p> <p>(A) a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia e se presta para aparelhar a execução.</p> <p>(B) o contrato de abertura de crédito é título executivo, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.</p> <p>(C) o documento que comprova encargos acessórios decorrentes de aluguel de imóvel não constitui título executivo.</p> <p>(D) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa não têm eficácia executiva.</p> <p>(E) o instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo.</p> | <p>40. Em matéria de competência, é correto afirmar:</p> <p>(A) Nas causas envolvendo sociedade de economia mista é competente para o seu julgamento o juízo especializado da Fazenda Pública.</p> <p>(B) A existência de Vara privativa instituída por lei estadual não altera a competência territorial resultante das leis de processo.</p> <p>(C) A parte que oferecer exceção de incompetência não ficará impedida de suscitar conflito de competência.</p> <p>(D) A instalação de Vara do Trabalho não cessa a competência do juiz de direito para conhecer de matéria trabalhista.</p> <p>(E) Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença da União nos processos de insolvência.</p> |
| <p>37. Sobre a execução contra a Fazenda Pública, considere as seguintes proposições:</p> <p>I. A citação da Fazenda Pública poderá ser feita pelo correio.</p> <p>II. É desnecessária nova citação da Fazenda Pública para oposição de embargos em atualização de cálculos para expedição de precatório complementar.</p> <p>III. Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre o processamento e pagamento de precatório são recorríveis.</p> <p>IV. É cabível execução lastreada em cheque contra a Fazenda Pública.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p> | <p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>41. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos</p> <p>(A) sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração.</p> <p>(B) quaisquer poderão ser convalidados pela própria administração.</p> <p>(C) sanáveis poderão ser convalidados desde que por decisão judicial.</p> <p>(D) quaisquer poderão ser convalidados desde que por decisão judicial.</p> <p>(E) não poderão ser convalidados.</p> |
| <p>38. Efetivada a medida cautelar, o requerente tem prazo de 30 dias para propor a ação principal. Este prazo tem natureza de</p> <p>(A) perempção.</p> <p>(B) decadência.</p> <p>(C) preclusão.</p> <p>(D) suspensão.</p> <p>(E) prescrição.</p> | <p>42. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e a das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos por danos decorrentes da execução do serviço são, respectivamente,</p> <p>(A) subjetiva e subjetiva.</p> <p>(B) inexistente e objetiva.</p> <p>(C) objetiva e subjetiva.</p> <p>(D) inexistente e subjetiva.</p> <p>(E) objetiva e objetiva.</p> |
| <p>39. Em matéria de arresto cautelar, é correto afirmar:</p> <p>(A) Para a concessão do arresto é essencial prova literal da dívida líquida, certa e exigível.</p> <p>(B) Sentença condenatória pendente de recurso dotado de efeito suspensivo não configura título capaz de ensejar o arresto cautelar.</p> <p>(C) O juiz concederá o arresto independentemente de justificação prévia se o credor prestar caução.</p> <p>(D) O arresto se resolve em penhora mediante despacho.</p> <p>(E) O pagamento é causa de suspensão da execução do arresto.</p> | <p>43. Exceção constitucional à imprescritibilidade dos bens públicos</p> <p>(A) não há.</p> <p>(B) são as terras devolutas.</p> <p>(C) são os imóveis de até 250 m².</p> <p>(D) são os bens dominicais.</p> <p>(E) são os imóveis adquiridos por dação em pagamento.</p> |

| | |
|---|--|
| <p>44. Ao garantir ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, a Constituição Federal</p> <p>(A) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei complementar.</p> <p>(B) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei específica.</p> <p>(C) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei ordinária.</p> <p>(D) condiciona o exercício do direito à disciplina por lei delegada.</p> <p>(E) não condiciona o exercício do direito à disciplina legislativa.</p> | <p>48. Organizações internacionais:</p> <p>(A) A OMC foi criada com o propósito de garantir a manutenção dos mecanismos de concentração econômica anteriormente existentes.</p> <p>(B) A Assembléia Geral da ONU tem por função assessorar o Secretário Geral.</p> <p>(C) O Conselho de Segurança da ONU pode fazer recomendações em matéria de aquisição de autodeterminação.</p> <p>(D) Todos os Estados soberanos atualmente existentes são membros da ONU.</p> <p>(E) As resoluções do Conselho de Segurança criam obrigações para os Estados-membros.</p> |
| <p>45. É elemento estranho ao rol de requisitos básicos para investidura em cargo público, nos termos da Lei nº 8.112/90,</p> <p>(A) o gozo dos direitos políticos.</p> <p>(B) a quitação com as obrigações militares.</p> <p>(C) a quitação com as obrigações eleitorais.</p> <p>(D) a idade mínima de 16 anos.</p> <p>(E) a aptidão física e mental.</p> | <p>49. Proteção internacional do trabalho:</p> <p>(A) A Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho garante a livre associação e negociação coletiva das condições de trabalho.</p> <p>(B) As normas internacionais admitem que, em circunstâncias especiais, a proibição da discriminação em função do sexo seja temporariamente afastada pelo Estado.</p> <p>(C) Em função da organização das importantes forças políticas representadas, a Declaração da OIT de 1998 não conseguiu incluir qualquer item condenando o trabalho forçado.</p> <p>(D) A Convenção nº 182, da OIT, estabeleceu as condições para o trabalho da mulher.</p> <p>(E) A Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho foi adotada em 1998, depois de votada pela Comissão de Peritos.</p> |
| <p style="text-align: center;">DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO</p> <p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 46 a 50, assinale a alternativa correta em relação à matéria proposta no enunciado da questão.</p> <p>46. Imunidade de jurisdição:</p> <p>(A) É questão ligada exclusivamente ao direito interno de cada Estado.</p> <p>(B) Tem origem no caráter sagrado dos locais dedicados aos cultos entre os povos antigos.</p> <p>(C) É absoluta e impede a análise das questões de fundo pelo Judiciário brasileiro.</p> <p>(D) A competência originária para o julgamento das questões relativas às imunidades de Estado estrangeiro no Brasil é atribuída expressamente ao STJ.</p> <p>(E) A inexistência de contestação da lide pelo governo alienígena impedirá sua apreciação.</p> | <p>50. OMC – Organização Mundial do Comércio:</p> <p>(A) Surgiu em 1947 como desdobramento da OMC – Organização Mundial do Comércio, criada em Havana em 1919.</p> <p>(B) Entre seus propósitos estão o de ser um centro de resolução de litígios entre Estados em matéria comercial.</p> <p>(C) A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Emprego resultou na criação da OIT e da OMC.</p> <p>(D) O GATS – Acordo Geral sobre Serviços silencia sobre a livre circulação de trabalhadores.</p> <p>(E) Ao consagrar a necessidade de regras comerciais livres e transparentes, a OMC não contribui para o fortalecimento do papel dos trabalhadores.</p> |
| <p>47. Mercosul – Mercado Comum do Sul:</p> <p>(A) O Protocolo de Buenos Aires criou um Tribunal Permanente supranacional com sede em Montevidéu.</p> <p>(B) O Mercosul não tem entre seus propósitos o de regular as relações trabalhistas e previdenciárias.</p> <p>(C) O Acordo Multilateral de Montevidéu regulamentou a seguridade social entre os países-membros.</p> <p>(D) O Protocolo de Olivos regulamentou a cooperação jurisdicional entre os países-membros em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa.</p> <p>(E) A arbitragem, dentro do atual quadro institucional, perdeu seu espaço para as soluções judiciais.</p> | |